



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

1 **ATA da 1ª (primeira) Audiência Pública (Lei de Responsabilidade Fiscal - Metas**
2 **Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2017) do 1º (primeiro) Período Legislativo de**
3 **2018 (dois mil e dezoito) da Câmara Municipal de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.**
4 Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, na Sala das
5 Sessões, às dezesseis horas, assumiu a Presidência o Controlador Geral do Município de
6 Macaé, Sr. Luís Carlos da Silva Cunha. Compareceram os Vereadores: Alan Mansur
7 Pereira (Alan Mansur), Eduardo Cardoso Gonçalves da Silva (Dr. Eduardo), George
8 Coutinho Jardim (George Jardim), Marvel Paolino Maillet (Marvel Maillet), Maxwell
9 Souto Vaz (Maxwell Vaz). Convidados: Ramirez Cabral dos Santos Cândido – Secretário
10 de Fazenda, Deroce Barcelos Alves – Subsecretário Municipal de Fazenda, José Eduardo
11 da Silva Guinancio, (Diretor Financeiro–MACAEPREV) e Cláudio de Freitas Duarte –
12 Contador da Câmara Municipal de Macaé. O Sr. Presidente informou que esta Audiência
13 é referente à apresentação do Terceiro Quadrimestre de 2017, que é necessária por força
14 da Lei Complementar nº 101/2000, LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal. Dando
15 Continuidade, o Sr. Presidente passou a palavra para o Secretário de Fazenda, Sr. Ramirez
16 Cabral dos Santos, para fazer a apresentação da Arrecadação do Município. Sr. Ramirez
17 saudou todos e iniciou falando sobre os avanços que tiveram no ano de dois mil e
18 dezessete, que auxiliaram na Arrecadação do Município. Disse que enviaram para esta
19 Casa o REFIM, Lei Complementar nº 276/2017, conseguiram aprovar e já tiveram um
20 retorno na ordem de vinte e quatro milhões, em recursos próprios, porém ele estava
21 vigorando até final de dezembro, porém estenderam por mais seis meses, portanto, isso
22 possibilita o Município arrecadar de forma clara. Disse que encaminharam, também, para
23 esta Casa o Código Tributário, mas como eles tinham um período para sua aprovação, ele
24 não veio no seu inteiro teor, no entanto, o que diz respeito a algumas alíquotas para manter
25 os benefícios às empresas, reduziram de 5 (cinco) para 3.75 (três, ponto, setenta e cinco),
26 em forma de lei, não de incentivo. Quanto ao incentivo, a partir deste ano, não seria
27 possível, mas permaneceu em cinco por cento o ISS sobre as instituições financeiras e
28 cartórios. Considerou também os avanços com relação à Planta Genérica, que foram feitos
29 alguns ajustes, frisando sua importância, pois é o principal balizador para cobrança de
30 IPTU, chegando ao cálculo exato do valor venal. A última Planta Genérica foi votada em
31 dois mil e nove, passando a vigorar em dois mil e dez, por isso, precisam avançar nessa
32 questão para atualizarem e trazerem uma transparência maior, no que diz respeito tanto a
33 cobrança do IPTU, quanto ao ITBI. Exibiu *slide* da Arrecadação do Terceiro
34 Quadrimestre de 2017. Receita Total = R\$ 683.871.799,42 (Seiscentos e oitenta e três
35 milhões, oitocentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e dois
36 centavos); Receita Líquida = R\$ 651.380.959,08 (Seiscentos e cinquenta e um milhões,
37 trezentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oito centavos), fazendo um
38 comparativo da Receita Estimada, na ordem de seiscentos e quinze milhões, com a
39 Receita Arrecadada de seiscentos e cinquenta e um milhões, com acréscimo de 5,88%

Página 1 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner

Revisora: Isabela Figueira de Oliveira



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

40 (cinco vírgula oitenta e oito por cento). Comentou a previsão de Arrecadação do
41 Quadrimestre: Recursos Próprios no valor de trezentos e setenta milhões, recuando em (-
42 6,65%) (seis e sessenta e cinco por cento negativos); os Royalties deram uma alavancada
43 de 58,63% (cinquenta e oito vírgula sessenta e três por cento), com uma previsão de
44 noventa e três milhões, sendo arrecadado o valor de cento e quarenta e oito milhões;
45 recursos vinculados, que são os Convênios, ficaram próximos do valor previsto, com o
46 valor arrecadado de cento e vinte e oito milhões. Apresentou o Quadro Comparativo do
47 último quadrimestre do exercício de dois mil e dezesseis em relação a dois mil e
48 dezessete, informando que os recursos próprios se mantiveram com apenas 1,2% (um
49 inteiro e dois décimos) de diferença. Justificou que os Royalties tiveram uma alavanca de
50 vinte e quatro por cento, com arrecadação de cento e dezenove milhões em dois mil e
51 dezesseis, sendo arrecadado: cento e quarenta e oito milhões em Royalties no último
52 quadrimestre. Enquanto a Receita Líquida ficou bem próxima do valor estimado, que foi
53 um total de seiscentos e vinte e seis milhões, em dois mil e dezesseis, e seiscentos e
54 cinquenta e um milhões, em dois mil e dezessete, com acréscimo de quatro por cento.
55 Portanto, a Receita teve um desempenho estável no último quadrimestre. Comparativo
56 (2016x2017) das Principais Receitas Próprias Arrecadadas, no último quadrimestre de
57 dois mil e dezessete, com o IPTU no valor de onze milhões, quatrocentos e oitenta e um
58 mil; Imposto de Renda = cinquenta e dois milhões; ITBI= três milhões, seiscentos e
59 noventa e um mil; ISSQN = cento e cinquenta e quatro milhões; ICMS = cento e sete
60 milhões. Comparativo das Principais Receitas Estimadas x Arrecadadas – 2017. Então, o
61 IPTU teve uma estimativa de quarenta e três milhões e foram arrecadados cinquenta
62 milhões, com acréscimo de dezessete por cento. O Imposto de Renda manteve-se no
63 mesmo valor, praticamente de cento e dois milhões. O ITBI teve um acréscimo de quinze
64 por cento, arrecadando o valor de dez milhões. Já o ISS teve uma queda, considerando o
65 valor estimado de quinhentos e oitenta e sete milhões para um valor arrecadado de
66 quinhentos milhões e o ICMS manteve praticamente o mesmo valor, com acréscimo de
67 três por cento. Comentou que, no ano de dois mil e dezessete, tiveram uma perda no valor
68 do ISS, considerando o impacto dos últimos três anos, que refletiu no exercício de dois
69 mil e dezessete, em contrapartida com relação aos Royalties, com o aumento do barril do
70 petróleo, que hoje opera com o valor de \$64,00 (sessenta e quatro dólares). Comparativo:
71 Receita Estimada x Realizada, ficaram bem próximas, pois o valor estimado da
72 Arrecadação Total Líquida era de um bilhão e novecentos e três milhões e foi arrecadado
73 o valor de dois bilhões e seis milhões, com cinco vírgula quatro por cento. Quanto à
74 Receita Própria, a Estimativa era de um bilhão e duzentos e setenta e seis milhões e foi
75 arrecadado o valor de um bilhão e duzentos e vinte e três milhões. Em relação aos
76 Royalties, a Estimativa era de duzentos e quarenta e quatro milhões, sendo que o valor
77 arrecadado foi de quatrocentos e vinte e dois milhões. Agradeceu à Casa, que contribuiu
78 bastante no ano passado com a aprovação da Lei do REFIM, com isso, houve um retorno

Página 2 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner

Revisora: Isabela Figueira de Oliveira



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

79 significativo, o que justifica o motivo de terem estendido o prazo até junho. Portanto,
80 neste ano vão continuar trabalhando, pois trata-se de uma receita nova, e também no
81 recurso próprio, que é o que baliza a questão do pagamento de pessoal. Passou a palavra
82 para o Controlador. Dando continuidade à apresentação de slides, Luís Carlos saudou
83 todos e deu início às informações com a relação à parte das Despesas na LOA (Lei
84 Orçamentária Anual) de 2017, ressaltando que a Despesa Total foi estimada em um bilhão
85 e novecentos e três milhões, comparando com a LOA de 2016, ela estava um pouco maior,
86 no valor de dois bilhões e oitenta e um. Colocou que, em dois mil e quinze, a LOA chegou
87 a dois bilhões e meio de reais. Enfatizou que, em dois exercícios, o Orçamento foi
88 reduzido em torno de seiscentos milhões de reais, por isso o governo está desde dois mil
89 e treze fazendo sucessivos cortes e ajustes em todas as despesas, visando fazer um
90 reenquadramento, pois, com a queda do barril do petróleo, o pior repasse dos royalties foi
91 em fevereiro de dois mil e dezesseis, recebendo um pouco mais de dezoito milhões/mês,
92 enquanto a média que Macaé recebia era em torno de quarenta milhões. Falou que é
93 importante destacar que desse Orçamento de um bilhão e novecentos e três, cuja
94 Arrecadação foi de dois bilhões e seis milhões, isso não é a totalidade do Orçamento do
95 Poder Executivo, mas do Município. Esclareceu que, dentro desse Orçamento, existem
96 trezentos e três milhões de reais que são as despesas que chamam de extraorçamentárias,
97 como o orçamento desta Casa Legislativa, que está em torno de sessenta e oito milhões
98 de reais, e também a arrecadação do Instituto de Previdência, na ordem de trezentos
99 milhões de reais. Explicou que, tirando o valor dessas respectivas despesas do valor de
100 dois bilhões e seis milhões de reais, o que sobra é o valor de um bilhão e setecentos,
101 deduzindo ainda o valor da Folha de Pagamento do Município do ano de dois mil e
102 dezessete, o que sobra para o Executivo tocar a Cidade é a quantia de setecentos e trinta
103 e sete milhões de reais, portanto, isso precisa ser levado em consideração. Quanto às
104 despesas com pessoal em relação aos anos de dois mil e dezesseis e dois mil e dezessete,
105 nos seus respectivos quadrimestres, informou que conseguiram reduzir bastante. Relatou
106 que todo o embasamento desta apresentação, a partir deste ponto, será com base nos dados
107 da RCL (Receita Corrente Líquida), cujo valor no ano de dois mil e dezessete foi de um
108 bilhão e oitocentos e seis milhões de reais. Citou que no ano de dois mil e dezessete o
109 valor da Despesa Empenhada foi de um bilhão oitocentos e quarenta e quatro milhões;
110 Despesa Liquidada no valor de um bilhão oitocentos e seis milhões e a Despesa Paga no
111 valor de um bilhão, setecentos e noventa e oito milhões. Destacou os dados relevantes
112 dos três quadrimestres dos anos de dois mil e quinze, dezesseis e dezessete com relação
113 à despesa de pessoal, citando a Folha de Pagamento: Total de Servidores em dezembro
114 de dois mil e dezessete: dezesseis mil, cento e vinte e cinco, sendo que quatorze mil e
115 quarenta e oito são efetivos, quinhentos e doze comissionados e cento e setenta e dois
116 contratados, além dos Programas com trezentos e doze guardas seniores e mirins. Falou
117 sobre as Despesas com Educação, enfatizando que não acha o termo despesa adequado,

Página 3 de 12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

118 pois considera isso um investimento que o governo faz. Citou os valores com relação à
119 Educação nos anos de: 2014: trezentos e cinquenta e oito milhões; 2015: quatrocentos e
120 onze milhões; 2016: trezentos e oitenta e quatro milhões; 2017 (*) Base de cálculo:
121 Receita Corrente Líquida – RCL (janeiro a dezembro de 2017): trezentos e trinta e sete
122 milhões. Explicou que os maiores gastos foram: Alimentação Escolar: vinte e oito
123 milhões; Transporte Escolar: trinta e sete milhões e Pessoal: trezentos e cinquenta e nove
124 milhões, sendo que o total de alunos na Rede Municipal é de: quarenta mil trezentos e
125 noventa e dois. Disse que o investimento na área da Saúde em dois mil e quatorze foi em
126 torno de quinhentos e onze milhões de reais; em dois mil e quinze: quinhentos e setenta
127 e seis milhões de reais; em dois mil e dezesseis: quatrocentos e quarenta e dois milhões
128 de reais; em dois mil e dezessete: trezentos e noventa e nove milhões de reais, sempre
129 levando em consideração a Base de Cálculo, que é a RCL - Receita Corrente Líquida.
130 Com relação à Saúde, comentou ainda a ajuda desta Casa, no final de dois mil e dezesseis,
131 com a aprovação da Nova Reforma, que fez a extinção da Fundação Hospitalar de Macaé,
132 que conseguiram implementar a implantação das Leis do SUS, o que significa que a
133 despesa total da Saúde tem que estar dentro da unidade gestora, que é o Fundo Municipal
134 de Saúde. A LOA de 2017, aprovada por esta Casa, já previa toda a despesa da Saúde
135 dentro do Fundo Municipal de Saúde. Informou os seguintes valores da Saúde: Fundo
136 Municipal de Saúde - Empenhado: quinhentos e dez milhões e liquidado: quatrocentos e
137 noventa e seis milhões; Adjunta de Atenção Básica - Empenhado: cento e vinte e dois
138 milhões Liquidado: cento e quatorze milhões; Adjunta de Alta e Média Complexidade -
139 Estimado: trezentos e dezesseis milhões Liquidado: trezentos e nove milhões; Despesas
140 com Pessoal e Encargos da Saúde – Estimado: trezentos e noventa e três milhões e
141 Liquidado: trezentos e oitenta e sete milhões. Média de trinta e dois milhões de reais por
142 mês. Acrescentou os Pontos de Atenção: Necessidade de manter o acompanhamento da
143 Despesa de Pessoal, inclusive com boas práticas voltadas à redução da mesma =
144 Adequação da Legislação que trata a matéria; Lei Municipal nº 4.108/2015: reduziu o
145 valor do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito; Lei Complementar Municipal
146 nº256/2016, que extinguiu mil e quinhentos cargos em comissão (assessoria).
147 Necessidade de Readequação do Custeio Fixo dos Órgãos = Decreto Municipal nº
148 070/2013 – criou Comissão Especial de Programação Financeira – COFIN, com
149 atribuições atualizadas pelo Decreto Municipal nº 005/2016; Decreto Municipal nº
150 157/2014 – determinou redução, no percentual de vinte por cento do custeio, de todos os
151 Contratos Administrativos da Administração Direta e Indireta, exceto os de natureza
152 essencial, bem como suspender as locações de veículo automotor, exceto os vinculados à
153 Fiscalização, Ordem Pública, Saúde e Educação. Decreto Municipal nº 002/2015 –
154 Determinou o contingenciamento de vinte por cento da fonte de recurso 04 (Royalties) e
155 previu a possibilidade de ampliação ou redução do aludido contingenciamento. Decreto
156 nº 004/2015 – Determinou a reavaliação e redução, no percentual mínimo de vinte por

Página 4 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner
Revisora: Isabela Figueira de Oliveira



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

157 cento, das contratações dos órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como o corte
158 do serviço de telefonia móvel funcional e das locações de veículo automotor para atender
159 os Secretários Municipais e dirigentes da Administração Indireta. Decreto Municipal nº
160 005/2015 – Determinou a reavaliação dos contratos de locação de imóvel em vigor;
161 Decreto nº 006/2017 – Determinou a redução do número de Secretarias e Entidades desta
162 municipalidade, o que originou a Reforma Administrativa, aprovada pela Câmara
163 Municipal (Lei Complementar Municipal nº 238/2015). Decreto Municipal 002/2017 –
164 Determinou o contingenciamento de todo o saldo orçamentário das fontes 03, 04, 06, 07
165 e 23 (Royalties) e da fonte 100 (Tesouro diretamente arrecadado), para fins de
166 atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) quanto às liberações
167 de cotas orçamentárias, somente após a efetiva arrecadação, replicado no Decreto
168 Municipal nº 002/2018. Explicou que o Orçamento é uma peça que é feita com base na
169 estimativa da arrecadação, então os técnicos da Fazenda fazem uma estimativa de
170 Arrecadação, sendo que isso não é aleatório, tem embasamento técnico, metodologias
171 próprias e, com base nessa estimativa, o Poder Executivo encaminha para esta Casa um
172 Projeto de Lei, sugerindo as fixações das despesas e após a aprovação, desta Casa, é o
173 que a LOA traz uma estimativa da Receita, mas uma fixação das despesas, com base nisso
174 vão fazendo acompanhamento (sic). Enfatizou a fala do Secretário Ramirez quanto à
175 Arrecadação de Recursos Próprios, que hoje gira em torno de noventa e cinco por cento,
176 cem por cento dela é destinada ao pagamento da Folha de Pessoal, portanto, com isso,
177 estão conseguindo manter a adimplência da Folha de Pagamento, o que poucos entes
178 federativos têm conseguido. Assumiu a Presidência o Vereador Eduardo Cardoso
179 Gonçalves da Silva, justificando seu atraso. Agradeceu a presença dos Vereadores: Alan
180 Mansur, George Jardim, Maxwell Vaz, Marvel Maillet, demais convidados e também a
181 presença do público. Registrou que esta Audiência Pública foi convocada pelo Prefeito
182 Municipal de Macaé, como obriga a Lei. Explicou que eles têm feito isso seguidamente,
183 mas talvez não tenham registrado e eles têm recebido algumas queixas do Tribunal de
184 Contas porque é obrigatório que seja feito pela Prefeitura. Em Aparte, Luís Carlos
185 esclareceu que esta Audiência Pública não é de competência do Executivo
186 exclusivamente. Em seguida, fez leitura do Parágrafo 1º do Artigo 104-G da Lei Orgânica,
187 que diz que é obrigatória a realização de Audiência Pública, por iniciativa dos Poderes
188 Executivo e Legislativo, em cumprimento ao disposto na LRF – Lei de Responsabilidade
189 Fiscal. Por essa razão, é feita a solicitação ao Presidente desta Casa, que também faz a
190 convocação, por isso saem as duas convocações, sendo uma de cada. Comentou que isso
191 já foi explicado duas vezes para o Tribunal de Contas, e este já acolheu. Retomando a
192 palavra, o Sr. Presidente reforçou dizendo que é bom que já tenham acolhido, uma vez
193 que eles criticavam como se fosse somente o Legislativo que fizesse, porém sempre
194 fizeram a convocação em conjunto. Dando continuidade, o Sr. Presidente franqueou a
195 palavra aos Vereadores, pedindo para que sejam objetivos. Maxwell Vaz saudou todos e

Página 5 de 12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

196 justificou seu atraso, dizendo que já havia estudado a pauta anteriormente. Disse que tem
197 percebido nessas Audiências a falta de compromisso do governo. Explicou que o
198 Secretário de Fazenda vem aqui e fala de Arrecadação, o Controle Interno monitora as
199 despesas, porém quem gasta esse dinheiro não está aqui. Disse que seria adequado que
200 todos os Secretários estivessem presentes para compartilhar, pois é muito complicado
201 esse trabalho de Arrecadação, uma vez que a Fazenda faz um esforço para arrecadar, o
202 controlador para monitorar, enquanto os demais Secretários vão gastar, é claro, de acordo
203 com as Políticas Públicas. Porém acha que essa prática não é muito boa, comentando que
204 são questões de sustentabilidade do Município. Falou que aprovaram, no dia vinte e um
205 de fevereiro deste ano, um requerimento solicitando ao Executivo que apresentasse um
206 plano de ação que chegue ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Informou que tal
207 plano de ação é porque, às vezes, observa o Executivo fazendo tentativas de redução, às
208 vezes até criando passivo trabalhista, no entanto, isso não vai trazer um resultado
209 consolidado por não ter um objetivo bem definido. Apenas ficam tentando tirar
210 insalubridade de um, periculosidade ou produtividade de outro, mas não tem o que foi
211 discutido e aprovado aqui (sic). Sugeriu que levem essa mensagem para que construam
212 esse plano de ação juntos, porque estão tratando deste Município, pois sua saúde
213 financeira diz respeito a todos os cidadãos, os que votam e os que não votam. Reforçou
214 que acabaram de aprovar um Orçamento para o ano de dois mil e dezoito e já foram
215 remanejados quase cento e cinquenta milhões, aproximadamente. Disse que houve
216 superavit e excesso de arrecadação, mas houve muitas movimentações financeiras que
217 deixam futuros empreendedores preocupados e citou alguns exemplos. Louvou os
218 Secretários que vieram fazer esta apresentação, elogiando o esforço da Fazenda pela
219 Arrecadação. No caso da Controladoria, vai verificar quem está fazendo a despesa
220 corretamente, se os mecanismos e as ferramentas de execução Orçamentária estão sendo
221 adequadamente cumprida, isto é, se os objetivos estão sendo alcançados, caso contrário,
222 todo o esforço será em vão e o governo ganha nota baixa. Embora tenham gastado milhões
223 na Saúde, falta remédio, não tem exame, não tem atendimento. Mesmo que tenham
224 gastado milhões na Educação, porém existe sala de aula com setenta crianças e apenas
225 com dois banheiros. Por isso a importância da presença de todos os Secretários para
226 acompanhar os esforços dos Secretários e também para que o Controlador pudesse
227 colocar, de forma incisiva, a necessidade de buscar os resultados, da mesma forma para
228 a Câmara, que se não atuar no conjunto dos dezessete Vereadores na obtenção de um
229 melhor resultado, vão dizer que ela é ruim, embora tenha um ou outro Vereador que se
230 empenha para fazer o melhor, mas o resultado que a população vê é do conjunto. Colocou-
231 se à disposição na construção do plano de ação para que ele seja uma “bússola” para
232 fazerem o saneamento financeiro deste Município. Enfatizou que o Sr. Presidente também
233 foi favorável quando debateram tal requerimento. Luís Carlos explicou que não está
234 havendo corte nenhum de insalubridade ou de qualquer verba no que diz respeito à Folha,

Página 6 de 12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

235 apenas fazer uma revisão das situações. Abordou que a insalubridade é decorrente do
236 local de trabalho, no entanto, às vezes o servidor está em seu local de trabalho que faz jus
237 a receber insalubridade, porém esse local de trabalho pode sofrer alguma intervenção com
238 relação às súmulas do Ministério do Trabalho, que às vezes determinam a correção do
239 local de trabalho, não a manutenção do pagamento desse trabalho. Então ele acaba
240 sofrendo um tipo de alteração, deixando de ser um local insalubre ou servidor deixa de
241 estar lotado no respectivo local. Portanto, a Folha de Pagamento pode sofrer adequações
242 que precisam ser feitas de acordo com laudo do SESMT. Quanto ao Decreto de
243 Remanejamento, ressaltou que eles têm cento e cinco milhões, aproximadamente,
244 contingenciados no Orçamento por conta da questão do Veto, que são recursos,
245 exclusivamente, da Fonte Quatro dos Royalties, o que traz consequência, como, por
246 exemplo, os orçamentos: da conta de luz não foi o total encaminhando, o do lixo, da
247 iluminação, manutenção de logradouros, pavimentos de vias e manutenção de escolas,
248 nesses três últimos, as rubricas da Fonte Quatro foram zeradas, por isso, às vezes, a
249 necessidade de fazer remanejamentos um tanto vultosos. De qualquer forma, é orientação
250 do Prefeito replicar o Orçamento executado, pois, se pagaram trinta milhões de conta de
251 luz no ano, não tem como pagar menos porque a tendência é pagar isso ou mais. Sobre a
252 Saúde, falou que, no ano passado, fizeram mais de um milhão de atendimentos
253 ambulatoriais para uma população com menos de duzentos mil habitantes. George Jardim
254 saudou todos e justificou seu atraso. Acrescentou que não é conhecedor do assunto, mas
255 observa uma arrecadação total líquida acima do esperado. Disse que o Vereador Maxwell
256 Vaz citou muito bem a ausência de Secretários, que às vezes é feito um requerimento
257 solicitando a vinda do Secretário aqui, mas, como se trata de um Parlamento, ganha-se
258 pelo voto, no entanto, a Bancada do governo sempre ganha. Disse que não sabe se as
259 Secretarias estão engessadas pelos administradores financeiros da Prefeitura, porque não
260 há execução. Estradas vicinais da Região Serrana estão abandonadas e fica na dúvida se
261 o dinheiro é repassado para a Secretaria ou não. Em caso positivo, acha que o Secretário
262 é incompetente para administrar a causa pública (sic). Por outro lado, se não é repassado,
263 o Secretário não tem culpa nenhuma. Falou da importância das estradas vicinais, que têm
264 uma ligação com a Saúde, com a Educação, mas como não tem o dinheiro para ter
265 ambulância nos Postos de Saúde nem para fazer as estradas e nem para o transporte
266 escolar, como aconteceu esta semana em que os alunos da Bicuda Grande ficaram dois
267 dias sem acesso à escola por falta desse transporte. Reforçou dizendo que existe o
268 dinheiro, porém não existe capacidade administrativa. No entanto, na Serra existem
269 produtores e famílias que dependem e gostam daquela Região, mas o maior "calo" é o
270 abandono, principalmente dos acessos. *Será que isso não é visto pelos Secretários de*
271 *Infraestrutura e do Interior ou o próprio Prefeito, que poderia compartilhar um pouco*
272 *dessa riqueza com os moradores da Serra? Infelizmente, é uma população esquecida,*
273 *que não tem participação nos benefícios que esse dinheiro poderia gerar para a Região*

Página 7 de 12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

274 Serrana, sendo que isso o^a entristece demais. Talvez não tenha uma pergunta, mas o
275 sentimento de toda a Serra pelo que está passando por lá. Portanto, parte desse dinheiro
276 que poderia estar beneficiando a Região Serrana, está inerte pelo governo do Dr. Aluizio.
277 Maxwell retribuiu alguns comentários feitos pelo Luís Carlos com relação à
278 insalubridade, concordou dizendo que conhece bem o sistema e muitas vezes discutem
279 isso nesta Casa, depois fazem um encaminhamento técnico. Colocou que os próprios
280 médicos falam que todo o ambiente hospitalar é insalubre, desde o local da atendente,
281 porque pode chegar uma pessoa com uma doença contagiosa e isso acontecer no primeiro
282 atendimento, através do contágio (sic). Comentou o número de atendimentos da Saúde,
283 em torno de um milhão, é como se atendesse toda a população de Macaé de dois em dois
284 meses, e complementou: *Isso é uma imaginação muito fértil*. Pediu o apoio do
285 Controlador para que o dinheiro da Saúde e da Educação fosse usado nas respectivas áreas
286 de forma mais eficiente. *O que dói no coração da gente, porque o vereador todos os dias*
287 *tem alguém em seu gabinete com um pedido de exame na mão. Quando pergunta de*
288 *quando foi esse pedido de exame. Foi ano passado. O Médico dá o pedido sem data.*
289 Questionou se o Controlador sabia disso, informando que médico dá o pedido sem data
290 porque, se ele colocar, a data vence e o paciente vai ter que retornar para pegar outro
291 pedido. Disse que não entende como não conseguem fazer um exame de mamografia ou
292 de próstata. Frisou que gostaria que os outros Secretários estivessem presentes, pois o
293 Controlador tem um papel fundamental, ter “rédeas boas”, força política. Comparou o
294 Orçamento da Saúde de Macaé com o Orçamento do Município de Friburgo, que tem
295 duzentos mil habitantes, hospital, escola, sendo que todos os problemas existentes em
296 Macaé existem também em Friburgo. Reforçou que o que precisa melhorar muito são os
297 controles, auditorias permanentes, com a certeza de que a intenção desta Casa é de ajudar,
298 por isso recomendou o plano de ação para um melhor resultado e eficiência. Luís Carlos
299 deixou claro que a Controladoria Geral do Município, na atual gestão, foi totalmente
300 reestruturada. Hoje, de acordo com as palavras do próprio corpo técnico do Tribunal de
301 Contas, em se tratando de órgãos de controle de município, é um dos mais bem-
302 estruturados dentro do estado, inclusive são citados como exemplo em palestra do
303 Tribunal de Contas. Reforçou que o Dr. Aluizio dá total autonomia de trabalho. Enfatizou
304 que, desde dois mil e dezesseis, eles têm um Plano Anual de Auditoria. A Auditoria Geral
305 do Município é órgão que está estruturado dentro da Controladoria, mas com total
306 independência funcional, atuando permanentemente, dando todas as orientações
307 necessárias. Quanto ao investimento que é feito em pessoal, qualquer tipo de iniciativa
308 que o Poder Executivo tenha que fazer, necessariamente, passará por esta Casa,
309 ressaltando que a despesa com pessoal é muito grande. Disse que quase oitenta por cento
310 de investimento que é feito no Município nas áreas de Saúde e Educação é com a Folha
311 de Pessoal, sendo que somente a Receita de Recurso Próprio pode ser utilizada, não
312 adianta arrecadar um bilhão em Royalties no ano porque não podem gastar um centavo

Página 8 de 12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

313 em despesa com pessoal, a não ser a Participação Especial. Disse que essa matéria vai ser
314 objeto de análise aqui. Abordou que a Secretaria de Recursos Humanos está em constante
315 movimentação com isso, lembrando que a Lei Complementar nº 101/2000 não fala que
316 pode reduzir, ela manda reduzir e o próprio Artigo nº 69 da Constituição Federal cria
317 regra de transição, então, não tem a opção de gastar de qualquer jeito, o que tem é que
318 fazer enquadramento. O Sr. Presidente franqueou a palavra ao público, mas não houve
319 nenhum inscrito. Lamentou a ausência da população, talvez pela chuva, e também dos
320 assessores. Comentou que hoje teve uma reunião com os Fiscais da Prefeitura, na sala ao
321 lado do Salão Nobre, queixando-se da relação do Prefeito com eles, do corte da
322 produtividade e sua pessoa levantara, exatamente, o número de servidores que, hoje, está
323 em torno de dezessete mil, entre efetivos e contratados. Disse que tem falado,
324 repetidamente, que não vê como a Cidade, com essa Folha, fará as ações necessárias,
325 sendo o vigésimo primeiro orçamento das cidades do Brasil, que refletirá na área social,
326 pois tem o remédio, a escola de qualidade, tem a merenda escolar, uma boa estrada, um
327 bom transporte público, refletindo, portando, esse orçamento numa melhor qualidade de
328 vida. Reforçou que não sabe como, com um número enorme de servidores como esse, vão
329 conseguir equacionar essa solução. Perguntou qual o plano ou projeto que pode fazer e
330 discutir, pois não vê solução e fica preocupado com a MACAEPREV, com salário do
331 servidor que não teve reajuste nos últimos três anos, talvez. Comentou que, com relação
332 aos servidores que receberam menos em face desse achatamento, vão ter o passivo para
333 pagar. Falou que observa algumas ações dispersas, por exemplo, cortar o plantão ou
334 aumentar a escala, mas acha que são ações sem uma discussão com a participação do
335 servidor para explicar o motivo pelo qual o salário dele vai continuar sem aumento, sem
336 reposição. *Já se pensou numa solução para isso?* Falou que cortam um cargo
337 comissionado por um lado, mas aumentam o número de agentes comunitários de saúde
338 por outro, portanto, continuam arrastando essa dificuldade de cumprir a Lei de
339 Responsabilidade Fiscal. Ramirez explicou que a Fazenda não é responsável pelas
340 diretrizes e gastos do Município, ela tem, efetivamente, que cuidar da Arrecadação. Cada
341 Secretaria tem seu cronograma, seu planejamento e autonomia. O recurso é baseado na
342 despesa que é executada, nesse caso, eles finalizam o processo e encaminham para a
343 Secretaria de Fazenda, que faz o pagamento de projetos finalizados. Comentou que, hoje,
344 a Receita é um número significativo, a Arrecadação de Recursos Próprios decresceu nos
345 últimos três anos, contudo, apesar de estar estagnada, ela é, prioritariamente, destinada à
346 Folha de Pagamento. Disse que o ano passado foi bem melhor, pois o aumento dos
347 Royalties ajudou a passar o ano, porém dois mil e dezesseis foi um ano complicado. Luiz
348 Carlos ressaltou a fala do Vereador George Jardim por conta das estradas vicinais, o
349 Secretário Boca é muito atuante com relação à questão da Serra, porém sem máquina não
350 dá para fazer nada e a licitação desses equipamentos o Tribunal de Contas suspendeu.
351 Embora não tenha a intenção de fazer a defesa de ninguém, mas hoje o Tribunal de Contas

Página 9 de 12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

352 tem novos Conselheiros, portanto, novos entendimentos. Comentou as contas do ano de
353 dois mil e dezesseis, cujo julgamento está marcado para terça-feira, acrescentando que
354 corpo técnico do Tribunal de Contas recomendou a emissão de parecer prévio favorável.
355 Citou três fatos com relação aos quais o Ministério Público Especial de Contas diverge
356 do corpo técnico, que é sobre uma irregularidade, quanto à Audiência Pública, que eles
357 questionam, que antigamente era feita no Grande Expediente. *Tem maior visibilidade e*
358 *amplitude de divulgação que o Grande Expediente?* Falou que questionou isso ao
359 Tribunal de Contas, pois as Sessões nesta Casa são televisionadas, seja pela Rede Mundial
360 de Computadores, seja pelas pessoas que estão presentes. Em Aparte, o Sr. Presidente
361 ressaltou que, inclusive, está sendo transmitida com sucesso. Retomando a palavra, Luiz
362 Carlos continuou dizendo que mesmo com chuva tiveram a oportunidade de estar aqui.
363 Talvez a Audiência sendo feita no Grande Expediente dê uma notoriedade aos
364 interessados muito maior do que é hoje. *Agora, isso é passível de reprovação de contas?*
365 *O valoroso corpo-técnico de servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado entende*
366 *que não. Agora, o Ministério Público Especial de Contas faz essa intransigência dele,*
367 *exigindo o fio do bigode da Legislação.* Comparou essa situação com o caso do aluguel
368 das máquinas, cuja licitação foi feita no ano passado e, simplesmente, o Tribunal de
369 Contas mandou adiar, questionando tudo. Friçou que o Secretário Boca vem fazendo
370 milagre porque ele vem trabalhando com poucas máquinas que o Município tem e o
371 Secretário Célio Chapeta, a mesma coisa, portanto, estão fazendo o máximo que dá. Disse
372 que é importante lembrar que estão vivendo, hoje, esse *superavit* de Arrecadação, mas,
373 nesse mesmo período do ano passado, era outra realidade porque tinham acabado de
374 passar pelo ano de dois mil e dezesseis com um orçamento que havia despencado em
375 quinhentos milhões de reais. *E aí aquela situação, vamos garantir a merenda ou vamos*
376 *fazer a obra? A obra é importante, mas a merenda também é importante e são decisões*
377 *salomônicas, cada Secretário sabe o que tem que fazer.* Por isso ressaltou que o
378 contingenciamento que foi feito na Fonte 100 e nas Fontes Royalties no Decreto de
379 Abertura do ano passado foram muito importantes para a execução do Orçamento, pois,
380 nos últimos dez anos, o ano passado foi o primeiro ano que não teve o *superavit* de Fonte
381 10, historicamente, Macaé sempre viveu essa questão dos excessos e ninguém se
382 preocupou em planejar. Esclareceu que hoje a Fazenda faz esse acompanhamento, é
383 publicado o Decreto de Cotas Financeiras e com base no acompanhamento dessas cotas
384 que é liberada a despesa. Informou que a licitação foi adiada pelo Tribunal, a resposta já
385 foi encaminhada, mas o Tribunal ainda não analisou, mas tão logo seja liberada a licitação
386 será realizada. Confirmou que é uma preocupação do governo todo o Município, não só
387 a Região Central mas também a Região Serrana. O fato é que o Contrato de Manutenção
388 de Pavimentação Asfáltica foi aprovado no Tribunal, anteriormente, porém o da licitação
389 de máquinas para Região Serrana o Tribunal questionou, sendo que historicamente o
390 momento hoje é diferente. George falou que não está vendo nenhum milagre nem do

Página 10 de 12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

391 Celio Chapeta nem do Secretário Boca na Serra, muito menos na Cidade. Disse que isso
392 não é de agora, há cinco anos que nada acontece de concreto na Serra, lembrando a ponte
393 do Sana, que liga às cachoeiras, que há tempo que a população está sofrendo com essa
394 situação. Falou que o Secretário Boca pode até ter capacidade de trabalhar, mas o mínimo
395 sequer não chega à Região Serrana. Comentou que amanhã vai denunciar, nesta Câmara,
396 uma retroescavadeira que é alugada pela Prefeitura, na Bicuda, fica mais embaixo da
397 árvore que trabalhando. Falou que a Prefeitura nem precisa alugar máquina ou
398 retroescavadeira para fazer os serviços que existem lá, se houvesse vontade do Secretário
399 de Infraestrutura para fazer. Informou que foi encarregado de equipe no governo de
400 Carlos Emir e ganhou a eleição, atendendo o produtor rural. Falou que o Secretário Célio
401 Chapeta comenta que duas ruas de Macaé têm mais gente que na Bicuda e isso corta o
402 seu coração, só não entende o que ele quer dizer com isso. Reconhece o esforço do
403 Secretário Boca, mas não executa, ele está mais preocupado em falar com o Prefeito que
404 tudo está bem na Serra, manda o Prefeito ir lá para saber se está tudo bem. Falou que uma
405 Comissão irá à Escola Tarcísio Paes de Figueiredo, na Bicuda Grande (Maxwell, Marcel
406 Silvano e sua pessoa), ressaltando que existem quase quinhentos alunos e o banheiro está
407 todo quebrado, quadra de esporte quebrada, o que observa é que o que foi construído no
408 governo que antecedeu o Dr. Aluizio o atual governo está deixando acabar. Ressaltou a
409 questão do Ginásio Poliesportivo, uma pedra que quase atingiu a família do Vereador
410 Maxwell, está sendo deteriorado. Disse que irão à escola e vão trazer o relatório, já que o
411 governo não dá a solução, e vão mostrar para o governo e esperar o que vai acontecer.
412 Reforçou que gostaria de estar fazendo um outro discurso, dizendo que está tudo bem,
413 mas é essa a realidade. O Sr. Presidente franqueou novamente a palavra ao público, mas
414 não houve nenhum inscrito. Maxwell Vaz fez consideração final, agradecendo aos
415 Secretários e comentou que, hoje, um dia de chuva, talvez o Vereador Val Barbeiro nem
416 tenha vindo, porque o bairro dele deve estar totalmente alagado. Falou que, desde dois
417 mil e treze, tem falado: "*conclui o Projeto de Macrodrenagem, cinco anos seguidos, não*
418 *conclui*". Disse que estão vendo o global e citou alguns itens anulados como: construção
419 de pontes e praças, já anulou dois milhões e oitocentos e vinte e oito do Decreto 6; já
420 anulou a manutenção do Terminal Rodoviário, anulou três milhões e duzentos e
421 cinquenta; manutenção de calçamento e tapa buracos, anulou quatrocentos mil, e outros.
422 Portanto, há cinco anos vem falando de forma recorrente para executar a conclusão do
423 Projeto de Macrodrenagem, para fazer a reforma do Terminal Rodoviário, além de outros.
424 Disse que é caótica a situação de uma cidade em que o Orçamento da Secretaria de
425 Educação ou da Saúde é maior que o Orçamento da maioria dos municípios brasileiros,
426 reforçando que o Orçamento de Conceição de Macabu é de sessenta milhões. Disse que
427 precisam mudar essa situação, parar de dar justificativa e dar mais resultado, por isso a
428 importância de os Secretários e todos os Vereadores serem mais incisivos na questão
429 orçamentária. Falou que o Planejamento tem que ser melhor e remanejamento menor.

Página 11 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner
Revisora: Isabela Figueira de Oliveira



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

430 agradecendo a todos. José Eduardo aproveitou a oportunidade para esclarecer para os
431 servidores sobre o MACAEPREV. O Dr. Luiz Carlos mostrou a despesa, que está em
432 torno de sessenta e nove milhões de reais, dessa despesa sessenta e três milhões de reais
433 são referentes aos inativados, aposentadorias e auxílio doença e seis milhões da despesa
434 administrativa do Instituto, sendo quatro milhões de despesa com servidores e dois
435 milhões da organização administrativa. Reforçou que também os preocupam os quatorze
436 mil servidores efetivos que a Prefeitura tem hoje e, num futuro próximo, todos estarão
437 sob a gestão do MACAEPREV. Comentou, com muito orgulho, que, ao chegar ao
438 MACAEPREV em dois mil e treze, o total financeiro patrimonial do Instituto era de
439 oitocentos e sessenta milhões e hoje, após cinco anos, está em torno de dois bilhões e
440 quatrocentos milhões, aumentando em três vezes. Falou que o déficit atuarial naquela
441 ocasião era um pouco mais de oitocentos milhões, enquanto que, hoje, está em torno de
442 duzentos e vinte milhões. Ressaltou que está à disposição desta Casa Legislativa e, sempre
443 que o assunto for ajuste para o servidor, querem estar presentes, participando, e estão
444 também fazendo o trabalho de casa para contribuir com o governo para ajustar essas
445 contas. Informou que já estão instalados num prédio próprio e pretendem mobiliá-lo em
446 dois mil e dezoito para melhor atender o servidor. O Sr. Presidente agradeceu a presença
447 dos Secretários e reafirmou que a convocação da Prefeitura foi feita, junto com a da
448 Câmara, enfatizando que daqui a três meses estarão juntos de novo. Não tendo mais nada
449 a acrescentar, o Sr. Presidente, em nome de Deus, encerrou a Audiência Pública,
450 determinando a lavratura da presente Ata, como segue regimentalmente assinada, estando
451 a gravação integral da Audiência à disposição em meio digital.

Página 12 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br
Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner
Revisora: Isabela Figueira de Oliveira